

DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Alan da Silva Vinhaes¹; Antonio Nivaldo Hespanhol²; Tamires Regina Rocha³

Resumo: A atuação do Estado brasileiro no direcionamento de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento rural mostrou-se, historicamente, centralizadora e com foco na modernização das atividades agropecuárias. Na década de 2000, algumas políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito do governo federal, e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala do Estado de São Paulo, passaram a incorporar elementos que estão desconectados da preocupação com a modernização da agropecuária. O presente trabalho enfoca a implementação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado - no município de São João do Pau d'Alho, Estado de São Paulo.

Palavras-Chave: Estado; Implementação; Modernização.

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo (MATTEI, 2014).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados dos anos de 1960, as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala;

[...] o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2014, p.71).

Hespanhol (2008) destaca que há relativo consenso de que entre as décadas de 1950 e 1980, as políticas públicas tiveram um caráter marcadamente setorial, caracterizadas quase que exclusivamente pelo seu viés agrícola, privilegiando, sobretudo os grandes produtores rurais vinculados às demandas do mercado externo.

Na década de 1980 ocorreram significativas mudanças no cenário político, com o fim da ditadura militar e a elaboração de uma nova Constituição Federal no ano de 1988, a qual trouxe consigo um novo marco para a formulação e implementação de políticas públicas, pois conferiu autonomia política administrativa aos municípios. Estes passaram a ser reconhecidos oficialmente como entes federativos e

¹ Graduando em Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente, asvinhaes2013@gmail.com

² Prof. Dr. em Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente, nhespanhol@gmail.com

³ Graduanda em Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente, tamiresrerocha@hotmail.com

a ter recursos financeiros e autonomia para formular e implementar políticas públicas. Esta situação trouxe o desafio da coordenação intergovernamental na elaboração e execução de políticas públicas.

Hespanhol (2013) destaca que na década de 1990 e no início do século XXI, houve importantes mudanças nas políticas destinadas ao meio rural, principalmente em relação à agricultura familiar. Diversos programas foram criados para atender os agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo, por meio dele, oficialmente reconhecida a importância da agricultura familiar.

Assim, a criação do PRONAF representou:

[...] a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistências (MATTEI, 2014, p.72).

Neves Neto (2013) destaca que entre 1998/99 e 2008/09 foram efetuados 13,5 milhões de contratos do PRONAF e disponibilizados 55,8 bilhões de reais em recursos. No entanto, tais recursos beneficiaram principalmente os produtores que possuíam maior nível de capitalização dentre os agricultores familiares. Assim, a maioria dos agricultores familiares não conseguiu ter acesso aos recursos do programa.

Contudo, a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável requer, entre outras coisas, uma:

[...] mudança de foco nas estratégias de desenvolvimento rural, historicamente utilizadas no Brasil, onde, conforme afirma Ehlers (1996), a exemplo de outros países em desenvolvimento, as propriedades patronais foram consideradas mais adequadas para a implantação do padrão convencional, tendo a agricultura familiar sido relegada a segundo plano, principalmente no que se refere a incentivos e acesso a crédito (HESPANHOL, 2008, p. 382).

Nos subtítulos seguintes serão analisados o Programa de Microbacias, no Estado de São Paulo e os seus respectivos efeitos sobre as organizações de produtores rurais.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado

No âmbito das políticas públicas destaca-se o Programa de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo. Tal programa passou a contar com financiamento do Banco Mundial a partir do ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (FONTES, 2006, *apud* NEVES NETO, 2009, p. 4).

Neves Neto (2009, p. 98) destaca que o Programa de Microbacias em sua primeira edição contou com apoio financeiro do Estado de São Paulo e do Banco Mundial (2000-2008), teve como principal objetivo atender os pequenos e médios produtores rurais, “já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual”.

De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI, 2001, p. 40), o PEMH teve como propósito incentivar o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo, destacando-se as melhorias dos níveis de renda, maior produtividade, “redução de custos e uma reorientação técnica-agronômica”.

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p.152):

[...] possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Neves Neto (2013, p. 187) destaca que havia a necessidade de os produtores rurais formarem grupos, de pelo menos cinco produtores, para elaborar um “Projeto de Empreendimento Comunitário – PEC. Para o acesso ao incentivo, por estabelecimento rural foi necessário elaborar os Planos Individuais de Propriedade – PIP”.

O autor supracitado ainda destaca que na primeira edição do Programa de Microbacias (2000 - 2008), houve aumento no número de associações de produtores rurais, porém isto só aconteceu devido à motivação para acessar os recursos financeiros do programa. Contudo, após o fim desta primeira edição do programa, muitas associações não conseguiram se manter e acabaram permanecendo desativadas.

Apesar de não ter atingido totalmente suas metas, Neves Neto (2014) ressalta que o Programa de Microbacias apresentou aspectos positivos e negativos. Para Hespanhol (2008, p. 10) o “maior ou menor êxito dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Ao final da primeira edição do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, conclui-se que as suas ações se concentraram nos aspectos agronômico-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. Neves Neto (2014) considera que mesmo com estas ações o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, pois há necessidade de ações governamentais concretas para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais.

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias com o objetivo de promover a integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, com características diferentes da primeira edição que possuía caráter ambiental.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2018.

De acordo com CATI (2017), o Microbacias II é executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o projeto, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN).

No quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias

	PEMH	MICROBACIAS II
Foco	Ambiental	*Aumento da competitividade *Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	Organização de produtores (Associação e Cooperativa)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações - fortalecimento	Associação e Cooperativa Agricultores familiares e grupos de uma cadeia produtiva comum envolvida pela Associação/Cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Fonte: Neves Neto; Hespanhol, 2015, p. 247

Para ter o apoio financeiro do projeto,

[...] a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 10/07/2018).

Assim com a finalidade de aumentar a competitividade dos pequenos e médios agricultores familiares, incluindo grupos como indígenas e quilombolas, o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado visa fortalecer as organizações de produtores rurais e, assim, apoiar iniciativas de negócios destas organizações que procuram ampliar o acesso ao mercado e, também a consolidação das políticas públicas, infraestrutura física e os serviços de extensão rural.

As metas do projeto Microbacias II são:

O atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas; 30 mil famílias introduzidas nas

organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa; 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de negócios; abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados; capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; - readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro; - apoiar 40 subprojetos ambientais; e - inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p.98) ressalta que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

[...] é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

De acordo com a CATI (2016), após seis anos do seu lançamento, o projeto apresenta resultados que refletem na realidade das associações, cooperativas de produtores rurais e comunidades tradicionais de todo o Estado de São Paulo, diminuindo o interesse ao longo das chamadas públicas realizadas. Em quatro chamadas públicas foram aprovados 163 planos de negócios, beneficiando diversas cadeias produtivas.

Atualmente o projeto está na quinta chamada, que contou com 90 manifestações de interesse e, dessas, 70 planos de iniciativa de negócios, que se encontram atualmente em fase de avaliação, o interesse na elaboração do plano de negócio voltou a ser maior do que nas chamadas anteriores, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Chamada	Interesses	Entregues	Aprovados	Habilitados	Investimento
1	135	92	38	36	R\$14,8 milhões
2	103	98	40	40	R\$ 16,9 milhões
3	65	38	35	35	R\$14,3 milhões
4	65	60	52	Em processo	R\$21,9 milhões
5	90	70	Em processo	Em processo	-

Fonte: Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas> Acesso em 08/07/2018.

Por fim, o Microbacias II proporciona uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o bom acesso aos

grandes centros, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da CATI, no que concerne à capacitação do quadro de funcionários, na aquisição de equipamentos e veículos e à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma dos prédios utilizados por várias Casas da Agricultura em todo o Estado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado o levantamento e análise da bibliografia que trata dos temas relacionados às políticas públicas e ao desenvolvimento rural, bem como do processo de ocupação do município de São João do Pau d'Alho e surgimento da Associação dos Produtores Rurais Industriais e Moradores de São João Do Pau D'Alho (APRIMOR). Também foi efetuado levantamento de dados secundários referentes ao município de São João do Pau d'Alho nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

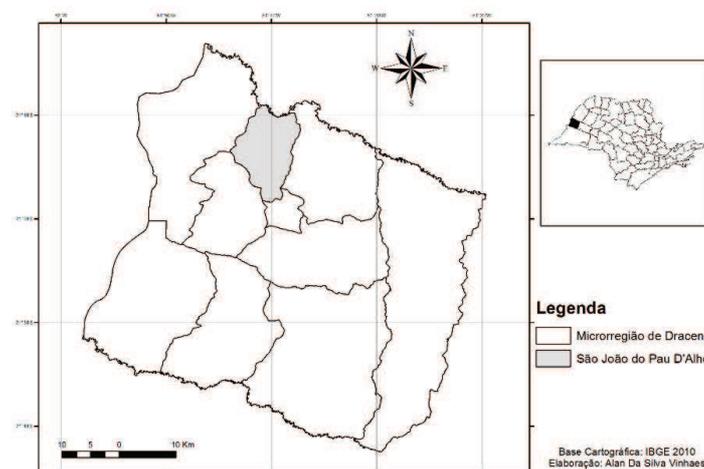
Após a sistematização dos dados, foram realizadas pesquisas empíricas para a coleta de dados e informações de fonte primária e entrevistas com o presidente e o vice-presidente da APRIMOR, com dirigentes da CATI e técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos apoiados pelo Programa de Microbacias II.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de São João do Pau d'Alho pertence à Microrregião Geográfica de Dracena e a Mesorregião de Presidente Prudente (Figura 1). A colonização de São João do Pau d'Alho teve início em 1948, porém somente em 18 de fevereiro de 1959 foi elevado à categoria de município possuindo uma área territorial de 117, 665 km² (IBGE, 2016).

Atualmente o município de São João do Pau d'Alho possui 2.103 habitantes, sendo 1.057 homens e 1.046 mulheres. O PIB per capita a preços concorrentes é no valor de R\$17.131,16 reais e possui um IDH no valor de 0,750 (IBGE,2010).

Figura 1. Localização do Município de São João do Pau d'Alho na Microrregião Geográfica de Dracena-SP



A associação APRIMOR (foto 1) foi fundada no dia 03 de julho de 1989. Na época os fundadores da associação, Eduardo Fantin, Carlos Roberto Forti, Antônio Chiquito e José Aparecido de Almeida, resolveram unir-se para montar uma organização que atendesse aos anseios dos produtores rurais na demanda por prestação de serviços gerada pela lavoura branca (cultura do algodão) (APRIMOR, 2015).

Foto 1. Associação dos Produtores Rurais Industriais e Moradores de São João Do Pau D'Alho (APRIMOR)



Fonte: Alan Vinhaes, 2018.

Dentre as demandas figuravam à construção de curvas de nível nas propriedades rurais e a aquisição de insumos agrícolas para o plantio de algodão.

Desde então a associação passou a gerir coletivamente alguns serviços nas propriedades rurais, tais como: tombar e gradear os solos e efetuar os plantios. Ao longo dos anos e com o fim do ciclo do algodão, começaram a surgir outras culturas alternativas como exemplo, a pecuária leiteira, que em meados de 1996 viabilizou a construção, por meio do PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais dos barracões comunitários, da sede da associação, da fábrica de mistura de ração animal; aquisição de cinco tanques resfriadores de leite, ensiladeiras e de um veículo para o uso da associação (APRIMOR, 2015).

A partir do ano de 2006, buscando novas alternativas de diversificação de culturas e geração de renda para seus associados, a APRIMOR elaborou o primeiro projeto, vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB), que durante os anos de 2007-2015 gerou um faturamento total bruto de R\$ 558.439,72, com média anual de R\$ 79.777,10. Desde 2014, quando foi aprovado novamente o projeto, no valor de R\$ 246.974,15, com vencimento para dezembro de 2016, foram beneficiados 35 produtores rurais no município (APRIMOR, 2015).

Na Tabela 2 são arrolados, os produtos que a APRIMOR comercializou no ano de 2014 e a quantidade de quilogramas que é distribuído pela associação ao Fundo de Assistência Social do Município de São João do Pau d'Alho.

Tabela 2. Produtos Comercializados pela associação APRIMOR no PAA no ano de 2014

Produtos	Características	Quantidade em (Kg)
Abóbora	Paulista	19.498,93
Alface	Lisa	9.999,33
Banana	Maçã	6.912,00
Banana	Nanica	8.478,00
Batata	Doce Rosada	11.823,27
Berinjela	Japonesa	3.544,00
Coco	Verde	5.908,00
Couve	-	1.626,13
Jiló	Redondo	3.095,00
Limão	Thaiti	1.969,00
Mamão	Formosa	8.529,12
Maracujá	Azedo	1.748,96
Melancia	-	16.248,00
Milho	Em espiga com palha – Verde	60.000,00
Pacu	-	1.000,00
Pepino	Caipira	10.831,00
Piau	-	940,00
Pinha	-	1.092,00
Mandioca	Com Casca	21.665,33
Tangerina	Ponkan	3.900,00

Fonte: Disponível em

<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirDetalhesProdutos>

Acesso em 10/07/2018.

A APRIMOR possui 79 associados, sendo que 27 agricultores participam do plano de negócio aprovado pelo Projeto de Microbacias II - Acesso ao Mercado - e 35 associados participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No ano de 2017, devido aos cortes de recursos financeiros do governo federal não foram aprovados projetos vinculados ao PAA no município.

Em relação ao Microbacias II, a associação apresentou propostas de negócios para a mecanização da cultura do Urucum, que é a principal cultura geradora de emprego e renda no município. O objetivo principal é a otimização da mão de obra que é escassa no município e região, e também a obtenção de um produto de melhor qualidade, com maior teor de corante, agregando valor ao produto obtido, melhorando a renda e conseqüentemente a qualidade de vida das famílias no campo.

Foi apresentado uma proposta na 3ª Chamada do Programa para a aquisição de uma colheitadeira de urucum e um trator traçado no valor de R\$ 246.000,00, e também de várias máquinas e equipamentos individuais para os associados, no valor de R\$ 108.000,00, sendo apoiado pela CATI/SAA, através do Programa de Microbacias II 70% destes valores.

Na 6ª Chamada, houve uma nova elaboração de um plano de negócio que consistia na aquisição de mais uma colheitadeira e também uma podadeira tratorizada, no valor total de R\$ 240.000,00, como é detalhado no quadro 2, além de novas máquinas e equipamentos para os produtores individuais, no valor de R\$ 137.127,00, sendo apoiado pelo programa 70% destes valores (APRIMOR, 2015).

O objetivo principal é a otimização da mão de obra que é escassa no município e região, e também a obtenção de um produto de melhor qualidade, com maior teor de corante, agregando valor ao produto obtido, melhorando a renda e conseqüentemente a qualidade de vida às famílias no campo.

Neste novo plano de negócio consiste na aquisição de mais uma colheitadeira e também uma podadeira tratorizada, como são mostradas nas fotos 2, 3 e 4.

Foto 2. Equipamentos adquiridos através do Microbacias II



Fonte: Alan Vinhaes, 2018.

Foto 3. Equipamentos adquiridos através do Microbacias II



Fonte: Alan Vinhaes, 2018.

Foto 4. Trator adquirido pelo Projeto de Microbacias II

Fonte: Alan Vinhaes, 2018.

No Quadro 2 constam o valor total utilizado para a aquisição de novas máquinas e equipamentos para os produtores individuais, o valor destinado a assessoria na elaboração dos planos de negócios e o valor total apoiado pelo programa e o valor da contrapartida dos beneficiários (APRIMOR, 2015).

Quadro 2. Investimentos realizados através do Microbacias II pela APRIMOR

Investimento Coletivo	Quantidade	R\$ unitário	R\$ elegível	R\$ apoiado	Ano 1	
					Mês 1	Mês 2
Máquina Recolhedora de Urucum	1	160.000,00	160.000,00	112.000,00	24.000,00*	24.000,00*
Podadeira de Urucum	1	80.000,00	80.000,00	56.000,00		24.000,00*
Assessoria para elaboração do Plano de Negócio	1	10.000,00	10.000,00	7.000,00	3.000,00*	
					7.000,00	
Total do Investimento no empreendimento coletivo			250.000,00	175.000,00	7.000,00	168.000,00

Obs. Os dados com os asteriscos são os valores pagos através da contrapartida pelos associados.

Fonte: APRIMOR, 2015.

Em termos gerais, de acordo com os entrevistados, o Programa de Microbacias possui aspectos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos se destaca a disponibilização de recursos financeiros, a fundo perdidos, para o financiamento de planos de negócios. Dentre os aspectos negativos se destacam a burocracia exigida para a aprovação e liberação dos recursos financeiros, tornando inviável a

participação de todos os associados ou cooperados e a falta de comunicação entre as diferentes secretarias estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve mudança de foco da primeira para a segunda edição do Programa de Microbacias, o que o descaracterizou porque ficou muito focado na agregação de valor aos produtos e a maior inserção da agricultura familiar ao mercado, em detrimento do foco ambiental que caracterizou a primeira edição. O número de beneficiários do programa tem sido relativamente pequeno e a burocracia exigida para acessar os recursos financeiros têm sido grandes, pois os produtores rurais ainda sentem receio de participar da referida política pública, o que tem provocado à desistência de algumas associações e cooperativas que tiveram planos de negócios aprovados.

O Microbacias II trouxe uma nova visão aos pequenos e médios produtores rurais, pois ao longo da história os maiores beneficiados sempre foram os grandes produtores, dificultando assim a participação no mercado regional, estadual e federal das pequenas associações e cooperativas.

Na APRIMOR se constatou que o Microbacias II tem disponibilizado recursos financeiros e tem contribuído para a melhoria da renda dos associados participantes do plano de negócio que se encontra em processo de execução.

Por fim, espera-se que o Microbacias II melhore a renda dos agricultores familiares através destas políticas públicas e outras já existentes possibilitando maiores oportunidades aos pequenos e médios produtores rurais.

REFERÊNCIAS

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Plano de Negócio – Microbacias II – Acesso ao Mercado - São João do Pau d’Alho- APRIMOR, EDR Dracena, 2015.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. *Manual do Programa – Seção Operativa*. CATI: São Paulo, 2001.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: *Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP*, 4º. 2008, São Paulo. P. 370-392.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. *Sociedade & Natureza* (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. *Rev. Ateliê Geográfico*, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo*. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os Efeitos da Descontinuidade no Programa de Microbacias em São Paulo. *Revista Formação*, nº22, vol. 2, p. 234-251, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado*. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 3.JUL.2018.